

Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*¹

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente
Bolsista FAPESP
e-mail: jugeo@ymail.com

Resumo

A proposta deste artigo visa compreender os Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul em sua luta para retomar seus territórios tradicionalmente ocupados - *Tekoha-Tekoharã* -, entendendo-os enquanto sujeitos de um movimento étnico-socioterritorial. Trazemos alguns apontamentos iniciais das lutas Guarani e Kaiowa frente ao avanço da territorialização do agronegócio sucroalcooleiro. Nesta luta, temos os *Tekoharã* e/ou “acampamentos” de retomadas e as grandes assembleias e/ou reuniões - *Aty Guasu* - enquanto territórios de resistência, na perspectiva de entendê-los nos delineamentos das disputas territoriais e da conflitualidade. A metodologia de pesquisa utilizada é a observação participante e, também, a utilização das fontes orais para entendimento do espaço-tempo dos modos de vida Guarani e Kaiowa nos preceitos do *Teko Porã* e/ou *Ñande Reko* – Bem Viver.

Palavras-chave: território, “acampamentos” indígenas, *tekoharã*.

Resumen

Movimiento étnico-socioterritorial Guarani y Kaiowa en el estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriales en los "campamentos" de retomas por el *Tekoha-Tekoharã*

Este artículo tiene como objetivo comprender las etnias Guarani y Kaiowa en el estado de Mato Grosso do Sul, en su lucha por recuperar sus territorios tradicionalmente ocupados – *Tekoha-Tekoharã* -, entendiéndolos como sujetos de un movimiento étnico-socioterritorial. Presentamos algunos apuntes iniciales de la lucha Guarani y Kaiowa frente al avance de la territorialización del agronegocio de producción de alcohol y azúcar a partir del monocultivo de la caña de azúcar. En esta lucha tenemos los *Tekoharã* y/o “campamentos” de retomas y las grandes asambleas y/o reuniones - *Aty Guasu* - como territorios de resistencia, en la perspectiva de entenderlos desde las disputas territoriales y la conflictualidad. La metodología de investigación es la observación participante y, también, la utilización de las fuentes orales para la comprensión del espacio-tiempo de los modos de vida Guarani y Kaiowa en los preceptos del *Teko Porã* y/o *Ñande Reko* – *Bien Vivir*.

Palabras-clave: territorio, “campamentos indígenas”, *tekoharã*.

Abstract

¹ Este artigo foi construído enquanto trabalho final da disciplina: Teoria dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada por Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

Movement ethnic socio-territorial Guarani and Kaiowa in the state of Mato Grosso do Sul: taken over by the territorial dispute *Tekoha-Tekoharã*

The purpose of this article is to understand the Guarani and Kaiowa in Mato Grosso do Sul in their struggle to regain their territories traditionally occupied - *Tekoha-Tekoharã* - understanding them as subjects of an ethnic and socio-territorial movement. We bring some of the initial notes about Guarani and kaiowa struggle against the advance and territorialization of the sugarcane agribusiness. In this struggle, we have *Tekoharã* and/or "camps" of recovery and large assembles and/or meetings - *Aty Guasu* - while territories resistance from the perspective of understanding them in the context of territorial disputes and conflicts. The research methodology used is participant observation, and also the use of oral sources for understanding the spacetime of lifestyles and Kaiowa Guarani considering the comprehension of *Teko Porã* and/or *Ñande Reko* – Living Well.

Keywords: territory, "indigenous camps", *tekoharã*.

Apontamentos iniciais

“Índio Kaiowa Guarani tem uma história muito bonita... mas é triste também. A gente não tem mais nenhum pedacinho de terra para plantar e o que tem é muito pouco. A gente tá sendo engolido pelo branco, é isso que estou te falando, o branco tá acabando com índio... a gente nem sabe como vai ser a vida de nossos parentes, dessa gurizada toda aí... Eu fico triste com esta história do nosso povo”.

(Jovem Kaiowa da Reserva Indígena de Dourados/Aldeia Bororó, aluna do Projovem Campo – Saberes da Terra, 2011).

“Se a gente fecha o olho dá até para lembrar como vivia os antigos”
Ñanderu Kaiowa (2012).

As etnias Guarani² e Kaiowa são falantes da língua guarani, pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani com variações dialetais entre o Guarani e/ou Kaiowa. Os mesmos se encontram territorializados em vários estados brasileiro (Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul) e países da América Latina (Paraguai e Argentina), segundo Instituto Socioambiental (2011). No estado de Mato Grosso do Sul, os Guarani e Kaiowa somam uma população estimada de 41.500 indivíduos (SESAI, 2010) para uma população total indígena de aproximadamente 73.295 indivíduos³, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Neste estado, a atual situação de vida Guarani e Kaiowa deve ser analisada por meio de um elemento histórico chave, o contato com a sociedade não indígena e/ou “branca” – *Karái*, a partir da Guerra contra o Paraguai e/ou Tríplice Aliança, também conhecida como “Guerra do Paraguai”, no final do século XIX, entre os anos de 1864-1870. Após a guerra se consolidou a primeira atividade comercial nos territórios Guarani e Kaiowa

² Guarani é uma auto-identificação específica do estado de Mato Grosso do Sul que se refere aos Guarani Ñandeva .

³ Estes dados são referente às etnias Guarani, Kaiowa, Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Kadiwéu e Atikum.

com a exploração da erva matte pela Companhia Matte Larangeiras⁴. É neste momento que os Guarani e Kaiowa passam a perder o controle e a exclusividade sobre seus territórios⁵.

O contato com a sociedade não indígena impôs novas redefinições nas territorialidades Guarani e Kaiowa. A intensificação destas mudanças passa a ocorrer bruscamente a partir da década de 1950, com as novas frentes de ocupação e colonização das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, momento este que os Guarani e Kaiowa passam de forma mais intensa a “perder” seus territórios. Entretanto, é necessário elencar que já no início do século XX, entre os anos de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, atual Fundação Nacional do Índio - FUNAI, criou oito reservas indígenas para abrigar os Guarani e Kaiowa que estavam sendo expulsos de seus territórios. As oito reservas e/ou aldeias foram criadas como sendo o *lugar do índio* na sociedade, enquanto seus territórios eram liberados para ocupação e colonização não indígena⁶.

Exemplo desta territorialização imposta é a Reserva Indígena de Dourados. Reservada em 1917 pelo SPI, é a atual Terra Indígena⁷ mais populosa do estado de Mato Grosso do Sul com aproximadamente 13.020 indivíduos, segundo a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (2007), para uma extensão territorial de aproximadamente 3.475 hectares. A densidade demográfica nesta reserva é de aproximadamente 0,26 hectares de terras. Apresenta ainda, índices alarmantes de suicídios e homicídios, principalmente entre jovens entre 15 a 25 anos de idade. Juliana Grasiéli Bueno Mota (2011) ao analisar os Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas do Brasil - Conselho Indigenista Missionário – CIMI, assinala que durante o período de 2003 a 2009 foram registradas 59 ocorrências de suicídios e 75 ocorrências de homicídios nesta reserva. Ao analisar estes dados em escala nacional, têm-se a seguinte conjuntura: “[...] as ocorrências de suicídios em todo o Brasil correspondem a 168 durante os anos de 2003 a 2009, destas, 163 foram registradas no Mato Grosso do Sul [...]. Referente aos assassinatos no Brasil, correspondendo a 288 ocorrências do total, o estado de Mato Grosso do Sul registra 216 ocorrências”. (MOTA, 2011, p. 209).

A partir destas colocações, elencamos que as discussões deste artigo parte do *olhar* geográfico sobre os Guarani e Kaiowa a partir do pensamento da questão agrária brasileira construída em interface com a antropologia⁸. Este diálogo interdisciplinar nos permite compreender a complexidade que envolve os modos de vida Guarani e Kaiowa no passado, antes da chegada dos não indígenas e/ou “brancos” - *Karáí* - e, no presente, na imposição de novos modos de viver, fundamentalmente, no contexto de sua luta por seus territórios tradicionalmente ocupados.

Neste contexto de diálogo com outras formas de saber e viver, Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 22) elenca que “as disciplinas e seus paradigmas são condicionantes tanto

⁴ As concessões de terras à Companhia Matte Larangeiras ocorrem desde 1882, tendo sua primeira concessão de terras feita pelo estado de Mato Grosso, através do Decreto Imperial nº 8.799 (9/12), a Tomaz Larangeira, passando este a deter a exploração dos ervais “[...] nos limites da Província do Paraguay, entre os rios Amambahy e Verde, e pela linha que desses pontos for levado para o interior, na extensão”. (CORRÊA FILHO *apud* MORENO, 2007, p. 87).

⁵ A Cia Matte Laranjeiras não tinha direitos de propriedade sobre o território, mas sim o direito de uso dos ervais, ou seja, tinha a monopolização do território. Esta condição possibilitou que os Guarani e Kaiowa continuassem em seus territórios, embora as condições de permanência tivessem passado por grandes alterações. Uma destas é o trabalho destas sociedades na exploração dos ervais.

⁶ O termo reserva-aldeia foi disseminado durante processo de esbulho dos indígenas de seus territórios no contexto da política indigenista no início do século XX. O propósito era trazer os índios para as aldeias-reservas criadas pelo Estado brasileiro enquanto seus territórios – *Tekoha* - eram liberados para ocupação e colonização não indígena (PEREIRA, 2004; MOTA, 2011).

⁷ Terra Indígena é um termo jurídico-administrativo de definição dos territórios indígenas gerenciadas sobre e pela responsabilidade do Estado brasileiro.

⁸ Em especial, faço referência ao antropólogo Levi Marques Pereira e a importância de suas reflexões e diálogos que nos possibilita entender as múltiplas modalidades de territorialização Guarani e Kaiowa, assim como os *apontamentos iniciais* sobre a compreensão do *Tekoha* e *Tekoharã* que será discutido neste artigo.

de nosso olhar como de nosso ouvir [e interpretação da realidade]⁹. Ainda é importante elencar que as disciplinas e os paradigmas constroem diferentes formas de pensar o mundo, ou seja, os modelos explicativos no/do fazer geográfico. Bernardo Mançano Fernandes (2005; 2008), sobre o campesinato, considera a existência de dois paradigmas de análise sobre a questão agrária: Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário: O primeiro, parte do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que permite a criação e recriação camponesa. Analisando o campo a partir do conflito, da disputa, da contradição, da luta de classes e da superação do capitalismo como meta. E, o segundo, impossibilita a compreensão das contradições no/do capitalismo, parte da premissa de que tudo e todos tendem a ser envolvidos e integrados na lógica capitalista de produção.

Nosso olhar sobre o indígena se dá em **aproximação** ao entendimento de Bernardo Mançano Fernando diante do Paradigma da Questão Agrária, nos imbricamentos da recriação e a reinvenção dos modos de ser e viver dos indígenas na sociedade capitalista. Neste debate, consideramos que a atual situação indígena brasileira deve ser entendida a partir da **questão agrária brasileira**, sendo que a consolidação de sua estrutura fundiária, marcada pelo latifúndio, é o principal responsável pela desterritorialização Guarani e Kaiowa de seus *Tekoha*.

O *Tekoha* é uma expressão nativa da língua guarani que demarca uma noção de mundo que pode ser exemplificada da seguinte forma: o prefixo *Teko* expressa um modo de vida, uma forma de ser e fazer-se humanamente, enquanto, o sufixo *Ha* dá sentido de lugar, indica a ação em que o modo de vida Guarani e Kaiowa pode e é realizado. Esta relação de pertencer ao *Tekoha* pode ser exemplificada por uma *Ñandesy*¹⁰ Kaiowa, ao dizer o seguinte: “é no *Tekoha*, no nosso lugar que Guarani Kaiowa era índio de verdade, vivia feliz naquele lugar que foi roubado pelo fazendeiro” (dados de pesquisa de campo, 2012).

Nesta expressão é elucidativo que a identidade Guarani e Kaiowa se faz a partir de um lugar em que seu modo de vida é possível de ser realizado. Diante desta narrativa, é necessário dizer que a expressão *Tekoha* deve ser localizada no espaço e no tempo, pois está diretamente relacionada ao processo de perda da exclusividade e controle territorial destas sociedades em seus territórios. Ainda que, é a partir da década de 1970 que o significado da palavra *Tekoha* passa a ser, fundamentalmente, uma expressão política e ideológica para as reivindicações Guarani e Kaiowa pelo território. Também, que a compreensão da territorialidade indígena a partir das condições atuais vividas por estes povos deve ser entendida para além do *Tekoha*, mas partir da dimensão multiterritorial que compreende também o *Tekoha Guasu* - território extenso. Pois, diante destas novas formas de viver e a necessidade de retomar os *Tekoha*, o *Tekoha Guasu* se constitui enquanto território-rede, expressa nas redes de sociabilidade nas redes de parentesco e alianças políticas de um conjunto de *Tekoha* (PEREIRA, 2004; MOTA, 2011). Nesta relação, uma liderança Guarani considera as condições do presente em contraponto aos modos de viver no *Tekoha*, antes da chegada do *Karái*.

Antigamente não tinha esse negócio de fronteira que branco fala, que precisa demarcar a terra nossa... Porque aqui nesta região [falando da cidade de Dourados até Rio Brillhante] não tem lugar que não tinha índio Você andava, andava e não acabava nunca... Agora a gente vive assim, é

⁹ Para Thomas Samuel Kuhn (1994, p. 109) a ciência se move a partir da dinâmica de construção-destruição-reconstrução de paradigmas, na perspectiva de que “uma vez encontrado um primeiro paradigma [...] já não se pode mais falar em pesquisa sem qualquer paradigma. Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência [...]”.

¹⁰ *Ñandesy* (para as mulheres), *Ñanderu* (para os homens) e/ou *Xamã* (utilizado tanto para homens como para mulheres) são aqueles que detêm o conhecimento do universo Guarani e Kaiowa. Levi Marques Pereira (2004) a trabalhar com a denominação de *Xamã* considera que são aqueles que tudo enxergam e podem dizer o que está certo e o que não está. Também tem o poder de desvendar o futuro, quebrar os feitiços e, fundamentalmente, é aquele que consegue falar com *Ñandejará* e/ou *Ñanderuvussu* (Deus grande).

preciso demarcar um pouquinho de terra para o índio... (dados de pesquisa de campo, 2012).

Esta narrativa demonstra a importância da demarcação a partir das condições do presente em garantir condições de vida futura. Esta garantia se faz sempre em relação ao passado, em comparação aos modos de viver dos antigos e/ou ancestrais em seus *Tekoha* diante do *tekoha Guasu*. Fundamentalmente, porque esta condição de passado é que dá direito ao índio sobre seus territórios, também explicado por um *Nanderu Kaiowa* (2012) da seguinte forma: “[...] a gente tá morrendo quando o branco apareceu... Sem nosso *Tekoha* a gente morre... Lá no *Tekoha* é o lugar que os antigos falaram para gente como deve viver... Se tiver de novo nosso *Tekoha* vive melhor”.

A luta Guarani e Kaiowa pela retomada¹¹ de seus *Tekoha* deve ser entendida a partir do processo de desterritorialização de seus *Tekoha* e o “fim” dos últimos refúgios em fundos de fazendas¹² e de famílias que não conseguiram se adaptar aos modos de viver nas reservas e/ou aldeias criadas pelo SPI. Neste contexto, diante destas novas formas de viver após a “perda” dos *Tekoha*, os Guarani e Kaiowa se encontram territorializados em situações adversas no estado de Mato Grosso do Sul, tais como: reservas indígenas (criadas no início do século XX); em Terras Indígenas – TI, que se constituíram por meio das retomadas Guarani e Kaiowa a partir da década de 1980; nas periferias das cidades, que aparecem como espaços luminosos¹³; em fazendas¹⁴, que pode ser exemplificado na presença de famílias que ficaram trabalhando para o fazendeiro em seus antigos *Tekoha*; em acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária; em “acampamentos” de retomadas e acampamentos que podem não ter cunho reivindicatório por terra¹⁵. *A priori*, podemos compreender que estas territorializações participam de estratégias para terem acesso a terra-território¹⁶.

Para o entendimento destas novas formas de territorialização, que é inerente ao processo de desterritorialização dos *Tekoha*, a pesquisa se construiu da seguinte forma: Análise bibliográfica para o enriquecimento do arcabouço teórico e metodológico, que fundamentalmente se deu pelas discussões na disciplina “Teorias dos Territórios e da Questão Agrária”; análise de fontes documentais impressas e virtuais que contemplaram a compreensão das disputas territoriais entre indígenas e os fazendeiros-empresários do agronegócio. Ainda, a partir das inquietações que perpassaram a construção da dissertação de mestrado “Território e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na

¹¹ Expressão Guarani e Kaiowa na luta pelo retorno ao *Tekoha*.

¹² A intensificação da perda do território Guarani e Kaiowa se dá a partir da década de 1950. Este processo deu origem aos “índios de fundos de fazendas”, cuja maior intensidade se deu até a década de 1970, relacionado ao processo de inserção da mão de obra indígena no processo de formação das fazendas. A partir deste momento, as áreas de refúgio, - a mata - (nos fundos da fazenda) foram se transformando em fazenda, impondo aos Guarani e Kaiowa a condição de índios reservados e/ou aldeados (PEREIRA, 2006, 2007; MOTA, 2011).

¹³ Os *espaços luminosos* são aqueles que possuem um acúmulo considerável de técnicas e informações, como: telecomunicações e transporte (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

¹⁴ Os indígenas que permaneceram nas fazendas, seus antigos *Tekoha*, demonstram, fundamentalmente as estratégias múltiplas de continuarem em seus territórios, embora não tenham controle territorial sobre o mesmo. Referente aos índios nas cidades e fazendas, alguns apontamentos sobre esta situação se encontra no artigo: “*Mudanças socioterritoriais e territorialização precária Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul*”, publicado no anais do “*II Congresso Iberoamericano de Arqueologia, Enologia e Etno-história*”, 2012.

¹⁵ Há dois acampamentos no município de Bataguassu/MS. As famílias nestes acampamentos vivem da venda de artesanato e do trabalho em fazendas próximas ao acampamento. É necessário compreender esta modalidade de territorialização por meio de pesquisas de campo com período maior de convivência com a comunidade. Estivemos nestes acampamentos por duas vezes, e a partir de algumas conversas estamos trazendo para o debate este tipo de acampamento indígena.

¹⁶ Também, consideramos as famílias que estão retomando *Tekoha* e não estão acampadas, mas vivem nas reservas indígenas. Na Reserva Indígena de Dourados há muitas famílias nesta situação, esperando os processos de identificação e demarcação de seus territórios (MOTA, 2011).

Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade”, defendida em 2011. E, também, fundamentalmente, participa da construção de tese de doutorado intitulada *a priori* “Entre o *Tekoha* e o *Tekoha Guasu*: os “acampamentos” de retomadas territoriais Guarani e Kaiowa no Estado de Mato Grosso do Sul”.

As discussões parte do trabalho de campo para compreendermos a multidimensionalidade dos modos de ser, viver e saber Guarani e Kaiowa. Sobretudo, por meio da observação participante e fontes orais que nos permitiu uma análise etnogeográfica no “*estar lá*” – no trabalho de campo e “*escrever aqui*” - a construção do trabalho científico. Nesta relação, surge a pesquisa etnogeográfica que se constitui enquanto o estudo da etnicidade em relação a sua espacialidade, fundamentalmente, “uma reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo e modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e aspirações”. (CLAVAL, 1997, p. 114).

A partir de nosso trabalho com a observação participante, Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.12) traz importantes contribuições ao considerar a sua importância para a construção da pesquisa, e que sua construção metodológica se faz nos imbricamentos do pesquisador e pesquisadora saber “[...] Olhar. Ouvir. Escrever. – como atos cognitivos que são –, além de trazerem em si responsabilidades intelectuais específicas, formam, pela dinâmica de sua interação, uma unidade irredutível”. Assim, a pesquisa é construída no “*estar lá*” e o “*escrever aqui*”, estes são dois momentos indissociáveis.

No “*escrever aqui*” o pesquisador e a pesquisadora devem ser cautelosos no processo de representar e/ou apresentar os homens e mulheres que participaram ativamente da pesquisa no compartilhamento de suas trajetórias de vida, pois constroem a pesquisa aprendendo outras formas de saber e modos de viver. Neste contexto, “se as palavras dos outros [indígenas] têm um poder de transformar as nossas palavras [pesquisador e pesquisadora] e vice-versa, é justamente pelo fato de que são engendradas e fabricadas a partir de uma relação entre sujeitos, essência mesma do fazer etnografia [e/ou etnogeografia]” (GONÇALVES, 2010, p. 08). Deste modo, a observação participante nos possibilita se envolver com os homens e mulheres Guarani e Kaiowa participando de sua vida cotidiana, aprendendo com eles no “*estar lá*”, na troca de saberes e experiências de vida.

Ainda, no “*estar lá*” e “*escrever aqui*” as fontes orais nos possibilitou registrar as memórias Guarani e Kaiowa diante do processo de desterritorialização de seus territórios e as novas formas de viver, assim como as estratégias de luta pelo *Tekoha* por meio de entrevistas. É por meio da narrativa que conseguimos dialogar com os Guarani e Kaiowa, participar do processo de construção da memória que se dá na interação entre memória individual e memória coletiva, entre passado e presente pela necessidade de “*passar a cultura*”, expressão recorrente entre os Guarani e Kaiowa. Ao demonstrarem a importância de registrar suas trajetórias e histórias torna-se perceptível o que também considerou Eder Sader (1988, p. 57) referente aos trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo, ao dizer que “o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito”. Deste discurso é importante que saibamos localizar o sujeito no espaço-tempo, desvendando a complexidade dos homens e mulheres que narram sobre suas vidas na interação indissociável entre passado e presente... Este desvendamento é apenas um modo de *olhar*, assim ele não está acabado, está em permanente processo de construção.

Movimentos socioterritoriais e conflitualidade: contribuição da Geografia para pensar as lutas Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul

Tudo está em movimento, sobretudo o movimento...
Juliana Mota

O conceito de movimento social é frequentemente utilizado pelos geógrafos e geógrafas. É um importante conceito para compreendermos a dinâmica da sociedade em

movimento e que se movimenta a partir das demandas reivindicatórias por direitos e/ou manutenção do *status quo* das classes ou grupos dominantes. *A priori* é necessário partir de uma pergunta recorrente, o que são movimentos sociais? Apesar de não termos a intenção de demonstrar as múltiplas concepções de movimentos sociais, é necessário pontuar algumas questões que permeiam este debate.

Para Maria da Gloria Gohn (1997) a noção de movimento social está presente em diferentes espaços sociais, “do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social”. Deste modo, a concepção de movimento social depende de uma diversidade de paradigmas explicativos que definem movimentos sociais. Nosso entendimento parte da seguinte prerrogativa, toda organização social que se coloca contra a ordem vigente e/ou manutenção do *status quo* é movimento social. Ainda, é necessário elencar que os “movimentos sociais são uma das formas *possíveis* de mudança e transformação social”, como elencado por Maria da Gloria Gohn (1997, p. 248 - grifo nosso).

Para Marilena Chauí (1988, p. 13) “os movimentos sociais operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica”. Ou seja, é no contexto da luta que há o *fazer* do movimento, é no estar lá, na ação, enquanto movimento social, que os homens e mulheres constroem suas demandas reivindicatórias. É no movimento social que o espaço político das discussões sobre a demanda de sua luta tende a ser ampliado, é nele que ocorre a reinvenção de outra forma de fazer política, como considerado por Eder Sader (1988). Neste aspecto, “a ‘política reinventada’ dos movimentos [tende a] se enfrentar com a ‘velha política’ ainda dominante no sistema estatal” (SADER, 1988, p. 21). Ou seja, os movimentos sociais se esbarram sempre na política burocrática do Estado, assim como na política da sociedade burguesa que impede a transformação social das demandas dos movimentos para a manutenção de seu *status quo*.

Em torno do debate do que é o movimento social, Bernardo Mançano Fernandes (2005; 2008) propõe novas formas analíticas para pensar os movimentos sociais na geografia, trazendo para o debate os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais a partir de sua categoria geográfica central, o espaço. Parte da premissa de que todo movimento social produz espaço no contexto de sua organização social, partindo da perspectiva elaborada por Henri Lefebvre no livro “A produção do espaço”, ao dizer que “o espaço social é a materialização da existência humana”.

É necessário partir da premissa que todo movimento social produz espaço, o que faz dele um movimento socioespacial no contexto de suas demandas reivindicatórias, sobretudo, porque entendemos que “o espaço [assim como o território] é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação”, como apontado por Bernardo Mançano Fernandes (2005, p. 26). Desta forma, está sendo disputado por homens e mulheres organizados politicamente enquanto movimento social a fim de garantirem suas demandas reivindicatórias, sendo necessário considerar a importância da intencionalidade, pois sendo “*uma* visão de mundo, ampla, todavia *una*, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir” (FERNANDES, 2005, p. 27) em disputa pela/na sociedade. Fundamentalmente, porque, “A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção”, como afirma Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 04).

Todavia, no contexto das disputas e conflitualidades que regem as intencionalidades dos homens e mulheres, o que distingue movimento socioespacial de movimento socioterritorial? Os movimentos socioterritoriais têm o território como *trunfo* na reivindicação de garantias de direitos. Pode ser exemplificado nas lutas pela criação de assentamentos de Reforma Agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, nas demandas reivindicatórias de reconhecimento e regularização de territórios quilombolas e nas lutas indígenas pela demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Nestes movimentos de luta se configuram demandas reivindicatórias perante o Estado brasileiro, a partir de correlações de forças, que na luta indígena por seus territórios

se dá com o objetivo de transformar as terras reivindicadas sobre o domínio não indígena em Terras Indígenas, cabendo ao Estado demarcá-las¹⁷. No caso Guarani e Kaiowa, a luta pelo território se dá no contexto da necessidade de retomar os *Tekoha*. Esta reivindicação dos indígenas gera uma disputa territorial com as oligarquias agrárias sul-matogrossenses, pois a demarcação de Terras Indígenas diverge do modelo de produção para o campo brasileiro, com base no agronegócio¹⁸. Hoje, com o avanço do setor sucroalcooleiro para a produção de agrocombustíveis, o estado de Mato Grosso do Sul vem passando por uma intensa substituição de áreas de cultivo de soja e atividade agropecuária para a atividade sucroalcooleira, segundo dados do IBGE (2010, p. 31).

O Estado do Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento na produção de 37,9% em relação a 2009, ultrapassando Alagoas no *ranking* nacional. Este aumento é justificado pela expansão da área colhida, que cresceu 113 415 hectares (39,6%), alcançando 399 408 hectares. O estado é o que mais tem aumentado as áreas de canaviais nos últimos anos, atraindo os produtores com terras férteis e mais baratas em comparação às de São Paulo. As novas áreas de cana-de-açúcar vêm ocupando mais intensamente as pastagens, e algumas áreas de lavoura localizadas próximas às usinas. Destaca-se o Município de Rio Brilhante como maior produtor do estado e segundo maior do Brasil, que teve um crescimento de 8,3% em 2010.

A expansão do setor sucroalcooleiro tem se dirigido prioritariamente às bacias hidrográficas do Ivinhema, Amambaí (com maior intensidade) e Iguatemi, que compreende aos territórios de ocupação tradicional Guarani e Kaiowa. Este novo modelo de produção trouxe grandes transformações territoriais gerando a atual situação de conflito que envolve as disputas territoriais entre os indígenas e o agronegócio. Estas disputas não devem se limitar a sua dimensão econômica, como considerado por Bernardo Mançano Fernandes (2009, p. 04),

[...] as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para *delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados*. O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade [e/ou multiterritorialidade], intencionalidade e conflitualidade. (grifo nosso).

¹⁷ O processo de demarcação consta do Decreto 1.775, de 8.1.1996, anteriormente era previsto no Decreto 22/1991. A demarcação dos territórios indígenas é fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, no prazo determinado, estudo antropológico de identificação, incumbindo-se um grupo técnico especializado, coordenado por antropólogo, dos estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação das terras. Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado ao órgão federal de assistência ao índio, caracterizando a Terra Indígena a ser demarcada (SILVA, 2008).

¹⁸ Antônio Thomaz Junior (2010) utiliza o conceito de agrohidronegócio para considerar a importância da terra e da água para a reestruturação do setor canavieiro. A expansão do agronegócio tem ocorrido numa região denominada pelo autor de polígono do agrohidronegócio, que abrange o Oeste de São Paulo, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás e Leste do Mato Grosso do Sul. Para o autor, dispor de terra e água é garantir as condições para expansão territorial do capital sobre as melhores terras no campo, pois requer “reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos”. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 06).

No contexto de disputa pelo território está intrínseco projetos de sociedades antagônicas que está diretamente relacionado ao modo com que as sociedades, em sua multiplicidade, organizam-se socioterritorialmente para reproduzir-se humanamente. A luta Guarani e Kaiowa por seus territórios parte de uma forma de organização socioterritorial plural, que diverge em muitos aspectos da territorialização do agronegócio sucroalcooleiro. Segundo Clifford Andrew Welch e Bernardo Mançano Fernandes (2008), as principais bases do agronegócio, ao distingui-lo do sistema agrícola camponês, se dão por meio da acumulação, do monocultivo, do trabalho assalariado, do uso intensivo de agrotóxicos e da produção em grande escala, principalmente para a exportação.

Ainda, Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 38) salienta que a “construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece”. Nesta perspectiva, Carlos Walter Porto Gonçalves (2004, p. 227) considera que o agronegócio se apresenta enquanto um modelo de produção moderno devido a sua capacidade produtiva. Mas,

[...] na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. Esses *latifúndios* produtivos são, *mutatis mutandis*, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal *commodity* dos séculos XVI e XVII: a cana-de-açúcar, no Brasil e nas Antilhas. À época não havia nada de mais moderno.

Desta forma, o agronegócio se reproduz entre o moderno e o arcaico ao manter sua estrutura agrária pautada no monocultivo e no latifúndio. No passado e no presente este modelo de produção foi e é um dos precursores em reproduzir uma multidão de miseráveis há medida que avança sobre os territórios camponeses e indígenas, destruindo outros modos de viver. Devido a estas características, o agronegócio pode ser considerado como a representação, simultânea, da “barbárie e modernidade”, como afirmou Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003). Embora tenha estas características, este modelo tem convencido a sociedade, em diferentes etapas da história, que é o melhor modelo de desenvolvimento para o campo, representando a modernidade.

Neste aspecto, o modelo do agronegócio diverge da proposta de construção do *Tekoha* Guarani e Kaiowa. A luta pelo retorno aos seus territórios é para reprodução da vida, em aproximação aos modos em que se organizavam territorialmente antes da chegada dos não indígenas, respeitando os princípios da sociobiodiversidade. No *Tekoha* tinha-se uma organização socioterritorial com espaços delimitados para atividades cotidianas, ou seja, espaços de mata para atividades de caça, coleta e pesca; espaços de cursos d’água, normalmente próximos ao espaço familiar da casa, representado pelo conjunto indissociável da família nuclear; espaços habitados pelos deuses em que os homens e mulheres devem pedir permissão sobre qualquer atuação de transformação da natureza, no caso os *Jará*, que são uma espécie de espírito que fazem a mediação entre as relações humanas e não humanas¹⁹. Também, contava com uma rede de sociabilidade ainda mais ampla que

¹⁹ Levi Marques Pereira (1999, 2004, 2010) ao dizer sobre as novas formas de viver Guarani e Kaiowa, assinala que devido ao processo de desmatamento, como consequência das frentes de ocupação e colonização, principalmente a partir da década de 1950, tem provocado um intenso desencantamento com a natureza, já que os seres míticos desapareceram juntamente com as matas. Neste contexto, “[...] o que está em questão aqui não é só a diminuição dos recursos de flora e fauna, mas também de seres míticos e das possibilidades de relação entre eles e os humanos [...]” (PEREIRA, 2010, p.127).

formavam um conjunto de *Tekoha*, que é uma rede extensa de parentes e/ou aliados políticos, o *Tekoha Guasu*.

Percebe-se que a organização socioterritorial Guarani e Kaiowa e a organização socioterritorial sucroalcooleira são divergentes. Esta condição demonstra a conflitualidade existente entre estes modos distintos e antagônicos de apropriação do território e que deve ser compreendida para além dos dilemas do momento do conflito que envolve a luta indígena com os fazendeiros-empresários do agronegócio que pretendem manter seu *status quo*. Para Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 02) “A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais”.

O modelo de produção do agronegócio sucroalcooleiro está amparado pelo discurso da energia limpa, renovável e promotora do desenvolvimento sustentável, buscando por meio deste discurso convencer a sociedade, não proprietária de terra e nem fazendeira e/ou empresária rural, que as reivindicações Guarani e Kaiowa promovem o conflito pela posse e uso da terra, prejudicando o desenvolvimento do campo. Busca-se convencer a sociedade que a atual situação de conflito tem como culpado os índios e não o modelo de produção da sociedade capitalista. Neste contexto de disputa, trazemos três aspectos da conflitualidade entre indígenas e expansão do setor sucroalcooleiro:

O que existe é uma pretensão da FUNAI em *expandir* as áreas indígenas e uma resistência por parte dos proprietários rurais. O poder público municipal deve ficar atento, especialmente para os reflexos desta situação. Entende-se que o impacto econômico será enorme caso se concretize o projeto de criação de novas áreas indígenas em territórios de 26 municípios, algo inaceitável e que exige uma posição firme por parte dos administradores municipais, afirmou o assessor jurídico da ASSOMASUL (Associação dos municípios de Mato Grosso do Sul). (BRASIL 247, 2011)²⁰.

Índios da tribo Guarani, no Brasil, exigiram que a gigante da energia, Shell, pare de usar suas terras ancestrais para produção de etanol. Ambrosio Vilhalva²¹, um Guarani de uma das comunidades afetadas, disse à Survival International, “A Shell tem que sair das nossas terras... as empresas têm que parar de trabalhar na terra dos indígenas. Queremos a justiça, e a demarcação das nossas terras.” A Shell se tem unido com a Cosan, empresa brasileira de etanol, em um empreendimento conjunto chamado Raízen. Parte do etanol da Raízen, que é vendido como biocombustível, é produzido a partir de cana de açúcar cultivada em terras ancestrais dos Guarani. Em uma carta para as empresas, os índios advertem que “depois que começou a funcionar a usina [referente à usina Nova América], a saúde ficou ruim para todos - crianças, adultos e animais”. (ECODEBATE, 2011)²².

A Raízen, gigante brasileira do setor sucroalcooleiro formada pela união das empresas Cosan e Shell, confirmou nesta quarta-feira que firmou um acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo qual se compromete a não mais comprar cana de açúcar cultivada em áreas pertencentes a comunidades indígenas.

²⁰ Disponível em: <<http://brasil247.com/pt/247/brasil/29030/Empres%C3%A1rios-%C3%ADndios-s%C3%A3o-entrevistados-para-Centro-Oeste.htm>>. Acesso em: 27 de abr. 2012.

²¹ Liderança do *Tekoha Guiraroka*, localizado no município de Caarapó/MS.

²² Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/09/08/indios-brasileiros-ordenam-que-shell-deixe-suas-terras/>>. Acesso em: 08 set. 2011.

A decisão ocorre em meio à polêmica envolvendo a reserva indígena Guyraroká, pertencente à tribo guarani, no município de Caarapó, no Mato Grosso do Sul. (BBC, 2012)²³.

O ponto de partida para entendimento da luta Guarani e Kaiowa deve ser o entendimento da conflitualidade como um elemento inerente a sociedade de classe. Isto é evidenciado quando compreendemos que a expansão do setor sucroalcooleiro se coloca como um dos entraves para a conquista de retorno ao *Tekoha*, gerando conflitos diante da sua territorialização em áreas demarcadas e/ou em processo de demarcação. Temos, por um lado, o discurso hegemônico, por meio dos fazendeiros-empresários do agronegócio: “o impacto econômico será enorme caso se concretize o projeto de criação de novas áreas indígenas em territórios de 26 municípios”. E, de outro lado, o discurso indígena não hegemônico: “Queremos a justiça, e a demarcação das nossas terras”. E, ainda, neste estado de conflito há uma proposta de “resolução” que não atinge a essência do problema: “A Raízen [...] se compromete a não mais comprar cana de açúcar cultivada em áreas pertencentes a comunidades indígenas”.

O debate da expansão do setor sucroalcooleiro deve ser entendido para além das resoluções de problemas conjunturais, mas sim a partir da estrutura deste modelo de produção, pois ultrapassa o fato destas empresas estarem monopolizando os territórios Guarani e Kaiowa por meio de arrendamentos e/ou compra da cana de açúcar de fazendas que estão sofrendo processo demarcatório²⁴. Esta situação deve ser entendida na perspectiva de que “[...] a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra”. (MARTINS, 1994, p. 129). Neste sentido, é necessário adentrar o conceito de conflitualidade, ao considerar “as contradições e os paradoxos em que na solução de conflitos emerge tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos” (FERNANDES, 2008, p. 26).

Exemplo desta contradição são as novas demandas reivindicatórias Guarani e Kaiowa que tem aumentado o número de *Tekoha* reivindicados para demarcação. Neste contexto, o agronegócio tem buscado disseminar a ideia de ampliação das reservas indígenas, enquanto um meio político e ideológico de negativizar a luta indígena, ao considerar que “índio tem muita terra, mas não trabalha” (dados de pesquisa de campo, 2012). Entretanto, as novas demandas reivindicatórias Guarani e Kaiowa pelos *Tekoha*, denuncia o modo em que os indígenas foram desterritorializados de seus territórios e, que hoje, diante de garantias de direitos perante o Estado brasileiro, estas sociedades podem reivindicar seus territórios. O aumento do número de *Tekoha* reivindicados torna representativo a conflitualidade existente no estado de Mato Grosso do Sul. Somente no ano de 2011, no município de Dourados, surgiram dois novos “acampamentos” de retorno ao *Tekoha*, que criaram novos tensionamentos sobre a posse e uso da terra, disseminando o medo do indígena perante o projeto de desenvolvimento do agronegócio²⁵.

23

Disponível

em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120613_raizen_indios_lgb.shtml>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

²⁴ Por meio do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), firmado em 12 de novembro de 2007 pelo Ministério Público Federal (MPF) e FUNAI, o estado de Mato Grosso do Sul tem 39 áreas indígenas em processo demarcatório, referentes à identificação e delimitação Terras Indígenas.

²⁵ Um destes acampamentos é o *Ñu Verã*, que tem conseguido cada dia mais aglutinar um número maior de pessoas para que seu *Tekoha* seja demarcado pelo Estado brasileiro enquanto Terra Indígena.

Foto 1: Fazenda com cana de açúcar cercada com concreto no município de Dourados/MS



Fonte: dados de pesquisa de campo, 2012.

Figura 1: Famasul²⁶ sugere segurança armada contra as invasões

Diário Segunda-feira, 23 de março de 2009 • CIDADE 07

Famasul sugere segurança armada contra as invasões

Índios estão de olho em 19.980 fazendas no Estado, das quais, 70% são pequenas propriedades

De Campo Grande

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) a favor de demarcação continua na reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, deixou os produtores de Mato Grosso do Sul em alerta, em razão do processo de demarcação que pode afetar pelo menos 26 áreas ocupadas por fazendeiros. As áreas estão passando por vistorias e se forem consideradas como terras indígenas, muito provavelmente os fazendeiros serão desalojados.

A Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul) criou uma comissão para avaliar os impactos que a decisão do STF pode trazer para o Estado. O presidente da Famasul, Ademar Silva Júnior, se diz preocupado com os desdobramentos.

No caso de Roraima, o STF aprovou a demarcação definitiva de 1 milhão 700 mil hectares da reserva Raposa/Serra do Sol e decidiu que os índios serão os únicos donos da terra. A área era alvo de disputas entre grupos indígenas e agricultores. Com essa decisão os não-índios terão que se retirar da região.

O caso de Roraima passa a ser parâmetro para outras decisões sobre áreas supostamente indígenas, já que foram estabelecidas 19 condições que também servirão de base para futuras demarcações e para as que caíam em andamento no país. Pela decisão sobre Raposa/Serra do Sol, as Forças Armadas e Polícia Federal não dependem de autorização da Funai para entrar em reservas indígenas e todas as classes en-

volvidas têm direito a acionar judicial o processo de demarcação.

Os produtores só viram um ponto positivo na decisão do Supremo – a proibição de ampliação de terras indígenas já demarcadas, inclusive as que foram reconhecidas antes da constituição de 1988. Isso pode ajudar a resolver o impasse entre brancos e índios em Mato Grosso do Sul. Segundo o advogado José Alexandre de Lima, a ressalva é importante porque tranquiliza o setor produtivo. Segundo a Famasul, 26 municípios estão relacionados na Portaria da Funai sobre vis-

torias para eventuais demarcações. As áreas concentram 19.980 propriedades rurais que totalizam uma área de 10 milhões de hectares. Cerca de 70% das terras são exploradas por pequenos produtores.

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do País. São 75 mil índios vivendo em 72 aldeias

SEGURANÇA ARMADA

A Famasul pretende orientar os proprietários quanto ao uso de segurança privada para proteger seus bens. A segurança privada é regulamentada pela legislação federal. "Não queremos conflitos, mas que o produtor possa defender seu patrimônio que tanto suou para ter", disse Ademar, ao anunciar que a entidade está prevenindo as invasões de terras durante o mês de abril. A Famasul ressalva que não se trata de confronto com os índios, mas "com a manipulação, que cada vez se faz mais evidente".

Prevenindo Invasões em abril, fazendeiros são orientados a contratar segurança privada para proteger suas propriedades

Fonte: Jornal Diário/MS (MOTA, 2011).

²⁶ Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul.

Neste contexto de luta, na constituição de novos “acampamentos” de retomadas, há um aumento expressivo de fazendas com cana de açúcar que estão sendo cercadas, inclusive com concreto, para impedir novas retomadas dos indígenas (Foto I). Ainda, há um aumento abusivo de capangas-pistoleiros, revestidos de segurança, para garantirem o direito da propriedade privada e impedir o movimento de luta Guarani e Kaiowa pelo *Tekoha* (Figura I). Esta situação, como assevera Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 26-27), demonstra que “Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo”. Ou seja,

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária [demarcação de Terras Indígenas], resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária.

A luta Guarani e Kaiowa pelo *Tekoha* ultrapassa os delineamentos de demarcação pontual de territórios tendo como intencionalidade a conquista de uma política que garanta condições de reprodução de vida destas sociedades e o direito de retomarem os territórios que estão sendo reivindicados. Evidentemente, esta luta deve ser entendida como resultante de uma conflitualidade inerente a questão agrária brasileira. Intrínseco a estas reivindicações está a necessidade de constituição de um novo modelo de produção para o campo, de modo que o Estado brasileiro terá que alterar a estrutura fundiária e o seu modelo de produção pautada no monocultivo para exportação. Neste aspecto, é condizente dizer, como demonstra José de Souza Martins (1994, p. 12-13) que:

Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer. O conjunto da trama social de algum modo passa por ela, por sua mediação: das deformações na representação política no Congresso Nacional e suas insistentes práticas fundadas na dominação patrimonial à disseminada cultura do favor e às nossas ingenuidades políticas cotidianas.

A conflitualidade é inerente à construção do território e, por isso, ela é parte integrante da disputa que envolve os indígenas e fazendeiros-empresários do agronegócio em Mato Grosso do Sul. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 26), “Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não”. Ou seja, o conflito é um aspecto da conflitualidade, mas a resolução de problemas, referente à posse e uso da terra, é muito mais complexa do que a aparente demarcação de uma ou outra Terra Indígena. De modo que a luta Guarani e Kaiowa não deve ser analisada a partir de uma perspectiva conjuntural somente, mas, sim, por meio do entendimento da existência de um modelo hegemônico de desenvolvimento do capitalismo no campo denominado de agronegócio.

Em oposição a este modelo hegemônico de produção no campo, a luta Guarani e Kaiowa por seus *Tekoha* está sendo construída pela utopia de que outro mundo é possível. Na construção de outras formas de viver ao retornarem aos seus territórios, nas bases do *Teko Porã* e/ou *Ñande Reko*, esta possibilidade é inerente aos modos em que viviam os antigos em seus territórios. Ou seja, retomar os *Tekoha* se dá pela busca de reproduzirem o modo correto de viver e ser Guarani e Kaiowa em aproximação e comparação aos modos de vida dos antigos e dos ensinamentos por eles deixados. Para isto, é necessário “juntar as pessoas e retomar nossas terras”, segundo aponta uma *Ñandesy* (2012). Deste modo é por meio de uma organização coletiva, unindo forças, que a luta Guarani e Kaiowa está sendo construída pela/na retomada de seus *Tekoha*.

Entre o que era e o que é: as *Aty Guasu* e a construção do *Tekoharã*

“*Tekoharã é o que vai ser*”
(Liderança Kaiowa)

“*A gente tem que retomá nosso Tekoha que foi roubado pelo branco... a gente tá querendo construir nosso jeito de viver Guarani Kaiowa*”.
(*Nandesy Kaiowa*)

A partir da narrativa acima é possível afirmar que a luta Guarani e Kaiowa pelo retorno ao *Tekoha* é marcada por três momentos de suas trajetórias-histórias. A primeira, como os antigos viviam em seus territórios, ou seja, o modo em que se organizavam socioterritorialmente no *Tekoha* em relação e interdependência ao *Tekoha Guasu*. Deste modo, as relações vividas no *Tekoha* expressam o modo correto de viver e ser Guarani e Kaiowa, o lugar onde era possível reproduzir o *Teko Porã* e/ou *Ñande Reko*, ou seja, seu modo de vida.

O segundo momento é o processo de transformação de seus modos de viver em comparação a organização socioterritorial no *Tekoha* vivida pelos antigos, se dá a partir da representação do *impacto da perda da terra* para os Guarani e Kaiowa, expressão utilizada por Antonio Jacó Brand (1997). Ainda, inaugura as novas formas de viver “fora” do *Tekoha* e a imposição do *Teko Vai* – o modo incorreto de viver e/ou modo não indígena de ser e viver. Neste contexto, as novas formas de criação e recriação de sua existência passam por estas transformações, como demonstra uma Kaiowa “o jeito que a gente tá vivendo não é bom, Kaiowa Guarani perde a cultura, não vive mais como os antigos vivia... tá querendo viver igual branco”.

E, o terceiro momento, representa a imposição dos modos de viver a partir das condições do presente, assim como a utopia de outras possibilidades de vida, de novamente conseguirem reproduzir o *Teko Porã* e/ou *Ñande Reko*, o modo correto de viver. Representa o que pode ser construído diante da possibilidade de retomarem seus *Tekoha* e produzirem seus modos de viver em comparação e/ou aproximação aos modos em que viviam os antigos, ou seja, a construção do *Tekoharã* (que será discutido adiante).

Para entender a luta Guarani e Kaiowa pelo *Tekoha*, é necessário compreendermos que esta luta tem como base a exclusividade e controle de uma rede social de parentesco, pois como expressa uma liderança Kaiowa “o *Tekoha* é o lugar que a gente estava com os parentes. Não estava tudo esparramado”. Ainda, como esclarece uma liderança Kaiowa, se dá na perspectiva de “juntar os parentes... a luta é retomá nossa terra. Não é toda terra, é só nosso *Tekoha*” (dados de pesquisa de campo, 2011; 2012).

Para isto, os Guarani e Kaiowa se organizam a partir das *Aty Guasu*, que é uma denominação nativa da língua guarani, que significa “grande assembleia e/ou grande reunião”, sendo um movimento político-religioso, como considerado pelo Kaiowa Tonico Benites²⁷. A base de sua organização tem como centro a religiosidade, pois é a partir dela que as questões políticas são discutidas, assim como possibilita o discernimento de tomadas de decisões, na perspectiva de que tudo dê certo. Neste sentido, é por meio da reza que os Guarani e Kaiowa buscam pedir para *Ñandejarã* e/ou *Ñanderuvussu*, - Deus Grande -, para amansar o “branco”.

É por meio da *Aty Guasu* que os Guarani e Kaiowa discutem a atual situação que estão vivendo, referente a condições de saúde, educação, alimentação e a retomada de seus *Tekoha*. Estas assembleias e ou reuniões tem sido um importante meio reivindicatório de garantias de direitos, sobretudo, sobre seus territórios ao reivindicá-la perante a sociedade nacional e o Estado brasileiro. A *Aty Guasu* é articulada a partir de uma rede de sociabilidade, já que estas reuniões acontecem alternadamente em várias reservas e/ou aldeias, Terras Indígenas e “acampamentos” de retomadas. A escolha dos locais onde

²⁷ Palestra ocorrida durante o Congresso de Arqueologia, Etnologia e Etnohistória – CIAEE, durante os dias 05 a 08 de junho de 2012, na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

ocorrerão as *Aty Guasu* está diretamente relacionada às demandas reivindicatórias, prioritariamente nos lugares em que esteja acontecendo algum tipo de conflito, de modo que esta reunião, marcada pela religiosidade, possa de alguma forma, a partir da reza “amansar o conflito com o branco”, expressão de uma *Ñandesy* da Reserva Indígena de Dourados.

Ainda, uma questão relevante nas *Aty Guasu* é a participação das crianças em todos os espaços de discussão política e religiosa. Sua importância é demonstrada da seguinte forma, principalmente pelos *Ñanderu* e *Ñandesy*: “criança fica com a família, participa de tudo”, “aprender sobre o que é ser índio de verdade”; “aprender com os velhos como reza de verdade”; “tem que saber da luta nossa”; “saber da nossa luta para retoma nossa terra”, “a criança que não participa não sabe da cultura”; “se não passar a cultura, perde a cultura...” (dados de pesquisa de campo). Deste modo, a importância das crianças nas *Aty Guasu* esclarece nosso entendimento de que os saberes-fazer dos modos de ser e estar Guarani e Kaiowa se constrói pela sua prática (em aproximação a consideração de Paul Claval, 2011).

A partir da foto abaixo, durante uma reza em uma *Aty Guasu*, marcada pelo poder dos *Ñanderu* e *Ñandesy*, podemos notar que estes são espaços de sociabilidade das crianças, pois é no estar neles que os meninos e meninas Guarani e Kaiowa constroem suas relações de pertencimento com os *Tekoha* e, como considera uma liderança, podem “continuar nossa luta”.

Foto 2: *Aty Guasu* no *Tekoha* Passo Piraju



Fonte: dados de pesquisa de campo, 2010.

É a partir da *Aty Guasu* que se pode visualizar a necessidade de agregar parcerias para terem maior força social para lutarem por suas demandas reivindicatórias, fundamentalmente, na luta por seus *Tekoha*. O conceito de força social, discutido por Maria da Glória Gohn (1997, p. 258), elucida a importância de agregar parcerias para fortalecer a luta, ao dizer que “A força social é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola, pela análise de suas redes e articulações, ou seja, de seus princípios articulatórios interno e externo”.

Nas *Aty Guasu* se torna representativo a necessidade de juntar as pessoas a partir de interesses comuns, assim como obter força social por meio da participação e apoio de estudantes, professores universitários, organizações não governamentais, deputados, senadores, entidades de apoio, como Conselho Indigenista Missionário e Comissão Pastoral da Terra, entre outros. A necessidade de obter esta força é demonstrada por um *Nanderu Kaiowa*: “Precisamos de força na nossa luta. A gente tá organizado. Estamos discutindo os nossos problemas, problema da terra, das coisas da nossa aldeia... Nós precisamos da terra nossa. [...] Tem branco que apoia nossa luta. Quanto mais gente melhor, né” (dados de pesquisa de campo, 2011).

Neste contexto, é por meio da *Aty Guasu* que os Guarani e Kaiowa conseguem articular as comunidades por meio de interesses comuns e discutir as demandas reivindicatórias que serão priorizadas em sua luta. Neste aspecto, nos permite dizer que as *Aty Guasu* se constroem enquanto territórios de encontros, no compartilhamento de ideias e estratégias de luta, pois é a partir dela que os Guarani e Kaiowa conseguem se fortalecer e articular os parentes e aliados à luta, se fortalecendo enquanto movimento étnico-socioterritorial político-religioso, criando territórios-rede e/ou uma multiterritorialidade construída pela/na luta.

Neste contexto de resistência e novas possibilidades de existir e ser Guarani e Kaiowa, consideramos a existência de mais de 35 acampamentos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Estes acampamentos têm organizações socioterritoriais específicas e distintas entre si, alguns deles, existem há mais de 30 anos (dados de pesquisa de campo)²⁸. Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul tem uma estimativa de 27 “acampamentos” de retomadas Guarani e Kaiowa que se encontram localizados nas margens de rodovias e vicinais, próximos, ao arredor e/ou dentro do que compreende seus *Tekoha* reivindicados sobre o controle territorial dos não índios²⁹ (dados de pesquisa de campo, 2009; 2010; 2011; 2012).

O que estamos denominando de “acampamentos” de retomadas, com aspas, se deve a seguinte prerrogativa: o conceito de acampamento está atrelado à luta pela terra dos movimentos socioterritoriais pela Reforma Agrária, fundamentalmente, o MST. Mas, entendemos que a multidimensionalidade da terminologia acampamento requer que deva ser entendida e discutida no envolvimento com os indígenas, no “estar lá”, partindo do entendimento das múltiplas formas de territorialização Guarani e Kaiowa. No que concerne aos territórios de retomadas, *a priori*, apontamos a terminologia *Tekoharã* referente aos *Tekoha* reivindicados.

Segundo Levi Marques Pereira (2012), na década de 1980, o termo utilizado para estes territórios reivindicados se dava por meio da expressão áreas em conflitos³⁰. Atualmente, este termo é uma expressão utilizada pelos meios de comunicação, aparece de forma corriqueira nos jornais regionais do estado de Mato Grosso do Sul, que busca demonstrar os tensionamentos entre indígenas e não indígenas, fundamentalmente, referente aos fazendeiros-empresários do agronegócio em disputa pelo território. Também, apontamos a apropriação deste termo pelos indígenas, muito utilizado na década de 1980,

²⁸ Consideramos que nem todos os acampamentos Guarani e Kaiowa buscam retomar *Tekoha*, pois muitas vezes os mesmos não são provisórios e devem ser entendidos no processo de esbulho de seus *Tekoha*, de modo que *a priori* os acampamentos podem não ter cunho reivindicatório à demarcação de Terras Indígenas. Todavia, há necessidade de maiores averiguações sobre a realidade vivida nestes acampamentos, assim como as estratégias de luta Guarani e Kaiowa que muitas vezes possibilita a seguinte reflexão: estes acampamentos são formas socioterritoriais de continuarem a viver em seus territórios e/ou nas proximidades dos mesmos “fora” dos padrões civilizatórios impostos aos indígenas que vivem em condição de reserva.

²⁹ Juliana Grasiéli Bueno Mota (2011) se equivocou ao dizer que existem aproximadamente 12 acampamentos de retomadas. Estes são referentes aos acampamentos que foram mapeados juntamente com CIMI, no ano de 2010.

³⁰ Levi Marques Pereira tem contribuído substancialmente neste debate. É a partir do diálogo com ele que estamos construindo estes apontamentos iniciais referente aos termos “áreas em conflito” e *Tekoharã*.

ainda é uma expressão recorrente no tocante as retomadas pelo *Tekoha*, mas que tem passado por transformações no contexto de seu uso. Exemplo deste uso é esta expressão, áreas em conflitos, aparecer em uma placa elaborada pelos indígenas em um território de retomada, no *Tekoha Ñu Porã*.

Foto 3: Área em conflito *Tekoha Ñu Porã*.



Fonte: dados de pesquisa de campo, 2012.

O surgimento da expressão *Tekoharã* deve ser entendido da seguinte forma: Para Levi Marques Pereira (2012), a expressão áreas em conflitos traz uma conotação pejorativa, contrapondo-se a organização socioterritorial Guarani e Kaiowa que tem como campo mítico a reprodução do *Teko Porã e/ou Ñande Reko* – Bem Viver. Estas duas palavras na língua guarani são inerentes ao modo de ser e viver Guarani e Kaiowa, como elenca uma *Ñandesy Kaiowa*: “*Teko Porã* é o jeito de ser Kaiowa. Índio Kaiowa não gosta de briga...” (dados de pesquisa de campo, 2012).

Neste aspecto, o termo áreas em conflitos tensiona a compreensão Guarani e Kaiowa sobre o modo correto de viver, fundamentalmente, marcado pela expressão recorrente que “Kaiowa [e Guarani] não gosta de briga”. A partir desta premissa, é possível entender as transformações nos modos em que os Guarani e Kaiowa têm compreendido a conflitualidade que envolve a luta pelos *Tekoha* buscando positivá-la a partir do significado da expressão *Tekoharã*.

Como já considerado, *Teko* dá sentido a um modo de vida, enquanto o sufixo *Harã* traz a conotação de futuro na língua guarani. Assim, o *Tekoharã* pode ser entendido da seguinte forma: o que será construído com a demarcação de seus *Tekoha* e/ou o que poderá ser vivido no *Tekoha* a partir das relações em que participam as relações com o passado, referente ao modo de vida dos antigos, e os novos modos de viver, do tempo presente. Levi Marques Pereira (2012) considera o seguinte, referente ao aparecimento da expressão *Tekoharã*: “A partir de 2010 ou 2011 comecei a ouvir o termo “*tekoharã*”, para

denominar as terras reivindicadas. [...] “tekoharã” expressa uma conotação positiva, aponta para o futuro, para um espaço de construção de relações mais harmônicas³¹”.

Ainda, é notória a presença desta expressão na Carta do Povo Kaiowa e Guarani do Mato Grosso do Sul, referente ao I Encontro dos Indígenas Acampados e/ou I Encontro de *Tekoharã*, que ocorreu em novembro de 2011, no *Tekoha Itay*, no município de Douradina/MS. Por meio desta carta é possível dizer que o *Tekoharã* é um termo que está sendo utilizado para os *Tekoha* que estão sendo reivindicados, como apontado por Levi Marques Pereira. Assim, está sendo utilizado para referenciar o que muitos não indígenas têm traduzido como “acampamentos” de retomadas, termo este que não tem sido reconhecido por algumas lideranças, *Ñanderu* e *Ñandesy* que estão reivindicando *Tekoha*. Pois, como esclarece uma liderança (2012) *Tekoha Ñu Verã*, localizado no município de Dourados: “aqui não é acampamento, aqui é o lugar que o índio vivia [...]. Acampamento é outra coisa, não é coisa do índio, aqui neste lugar, é nosso *Tekoha Ñu Verã*. Agora a gente tá voltando a viver no nosso lugar de verdade, a gente foi expulso pelo fazendeiro”. Deste modo, a expressão *Tekoharã* possibilita dizer que esta é uma nova forma de denominar os “acampamentos” de retomadas, ao mesmo tempo em que se refere ao que poderá ser construído ao retomarem seus *Tekoha*.

Podemos considerar que os Guarani e Kaiowa têm apresentado a partir desta expressão novas definições espaciais para pensar os *Tekoha* reivindicados no contexto de disputa pelo território. Ainda, seu surgimento pode ser entendido no contexto das representações pejorativas dos não indígenas em deslegitimar a luta Guarani e Kaiowa pelo território, a partir de discursos como “MS não será terra de índio”, disseminada pelo governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli³². Neste contexto de disputa busca-se estigmatizar a luta dos índios, ao atrelá-los à condição de passado, arcaico e atrasado, a fim de deslegitimar o direito indígena sobre seus territórios tradicionalmente ocupados. Por sua vez, enaltece o modelo de desenvolvimento agronegócio a partir dos ideais de futuro, trabalho e progresso (MOTA, 2011).

Deste modo, nestas disputas pelo território, *Tekoharã* traz a representação do que pode ser construído a partir deste tensionamento, a partir de relações mais harmônicas de viver. Talvez, o que os Guarani e Kaiowa estejam nos querendo dizer é que as relações vividas antes da chegada do não indígena não serão possíveis de ser realizadas como faziam os antigos, já que seus *Tekoha* passaram por grandes transformações espaciais. Como expressa um *Ñanderu* Kaiowa (2011) ao demonstrar as transformações em seu *Tekoha*: “cará [é um tubérculo, uma espécie de batata] tinha de toda cor, agora não tem mais, difícil achar isso daí... O matinho que índio se escondia, agora é cana. Mudou muita coisa no nosso *Tekoha*, a gente está acompanhando a mudança, a gente vai lá vigiar nosso *Tekoha*...”.

Os Guarani e Kaiowa conseguem perceber as mudanças socioterritoriais em seus *Tekoha*, assim como as transformações em seus modos de viver. *A priori* podemos dizer que os Guarani e Kaiowa estão lutando para fazer valer seu direito sobre seus territórios, de modo que o primeiro passo da luta é a retomada dos *Tekoha* e a construção do *Tekoharã* nas bases do *Teko Porã* e/ou *Ñande Reko*.

Neste contexto, as expressões *Tekoha* e *Tekoharã* devem ser analisadas a partir da atual situação vivida por estas sociedades no tocante às disputas que envolvem os índios e os fazendeiros-empresários do agronegócio. Assim, se por um lado, são expressões que participam do arcabouço mítico-religioso Guarani e Kaiowa, por outro, não pode deixar de ser entendido enquanto um meio político-ideológico de luta.

Apontamentos finais

³¹ Diálogos com Levi Marques Pereira via e-mail em fevereiro de 2012.

³² Jornal “O Progresso”, dia 04 de agosto de 2008.

As utopias Guarani e Kaiowa estão, fundamentalmente, marcadas pela necessidade de retorno ao *Tekoha* e a construção do *Tekoharã* nos preceitos do *Teko Porã* e/ou *Ñande Reko*. Para isto, o caminho de reivindicação de seus territórios passa necessariamente pela mudança da estrutura fundiária sul-matogrossense, que atualmente tem sido apropriada pela expansão do agronegócio sucroalcooleiro em territórios Guarani e Kaiowa.

A questão chave desta luta é a busca por outras formas de viver em contraponto a precariedade em que vivem hoje. A *Aty Guasu*, com certeza, é importante elemento aglutinador de força social necessária para os Guarani e Kaiowa seguirem lutando por seus *Tekoha*, assim como para reivindicarem o direito a ter direitos e fortalecer os direitos já reconhecidos.

Em suma, *Tekoha* e *Tekoharã* são indissociáveis para entender os modos em que os Guarani e Kaiowa estão criando-criando seus modos de viver a partir das condições atuais, assim como *Tekoha-Tekoharã* estão imbricados um ao outro e devem ser entendidos em sua complementaridade. Por meio deste artigo trouxemos alguns apontamentos iniciais que esperamos solidificar no processo de construção da pesquisa de doutorado: “Entre o *Tekoha* e o *Tekoha Guasu*: os “acampamentos” de retomadas Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul”. Para finalizar, por meio das palavras de uma liderança Kaiowa, “*A gente segue caminhando, não pode parar*”. Isso serve para a construção da pesquisa e, fundamentalmente, para a luta Guarani e Kaiowa em construção do *Tekoha-Tekoharã*.

Referências bibliográficas

BRASIL247. **Empresários do DF: índios são entrave para Centro-Oeste.** Disponível em: <<http://brasil247.com/pt/247/brasil/29030/Empres%C3%A1rios-%C3%ADndios-s%C3%A3o-entrave-para-Centro-Oeste.htm>>. Acesso em: 27 de abr. 2012.

BBC. **Parceria Shell-Cosan desiste de comprar cana de açúcar de Terras Indígenas.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120613_raizen_indios_lgb.shtml>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra.** 1997. Tese (Doutorado em História) - PUC, Porto Alegre, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 09-16.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: Percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-118.

_____. Geografia vernaculares e conhecimento do meio: grades de observação e sistemas de informação geográfica. In:_____. **Epistemologia da geografia.** Florianópolis: EdUFSC, 2011. p.33-37.

ECODEBATE. **Índios brasileiros ordenam que Shell deixe suas terras.** Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/09/08/indios-brasileiros-ordenam-que-shell-deixe-suas-terras/>>. Acesso em: 08 set. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, ano, p. 14-34, jan./jun de 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marco Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Sáverio (Org.). **Territórios e territorialidade**: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Marco Antonio. Parte I: Analogia e escrita etnográfica. *In*: _____. **Traduzir o outro**: etnografia e semelhança. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 17-51.

KUHN, Thomas Samuel. A resposta à crise. *In*: _____. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 109.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2012). **Os indígenas no censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no requisito cor e raça. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas do Brasil – 2006/2010**. São Paulo: ISA, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORENO, Gislaine. **Terra e poder em Mato Grosso**. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Primeira Parte: O conhecimento antropológico. *In*: _____. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: EdUNESP, 2000, p. 17-36.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1999.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

PEREIRA, Levi Marques. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de corredor”. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, Ano 6, n. 10, p. 69-81, 2006.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e processos de territorializações entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, vol. 1, 2007.

PEREIRA, Levi Marques. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, ano 10, n. 18. p. 115-137, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inês Medeiros. **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 207-254.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Afonso da (2008). **A consulta: Demarcação de Terra Indígena**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=node/260>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAC – **Termo de Ajustamento de Conduta MPF/FUNAI**, 2007. (Documento digitalizado).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo Território**, Uberlândia, v.5, n.10. p. 01-30. 2010.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.